

**Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, realizada em Poços de Caldas - MG, em 24/08/2017.**

1 Às nove horas do dia vinte e quatro do mês de agosto de 2017, nas dependências do Palace  
2 Hotel, situado à Praça Pedro Sanches, s/nº, Centro, no município de Poços de Caldas – MG  
3 realizou-se a 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal  
4 do CBH Grande. A reunião iniciou em segunda convocação às nove horas e quarenta e cinco  
5 minutos com a presença de vinte e um membros, conforme relação abaixo: membros  
6 representantes da CTI: Tânia Dias (ANA), Januária da Fonseca Malaquias (IGAM), Paulo Vitor  
7 Leite Penachio (CETESB), Renato de Oliveira Aguiar (Prefeitura Municipal de Cambuí),  
8 Gislandro Hudson Torres Gonçalves (FIEMG), Carlos Renato Viana (FIEMG), Guilherme  
9 Frasson Neto (COPASA), Caio Penna Martins (SIRVARIG), Débora Riva Tavanti Morelli  
10 (FIESP), Alex Henrique Veronez (SABESP), Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta  
11 Solidário), Luiz Roberto Barretti (ABES) e Ângela Maria Pimenta (APD); membros  
12 representantes da CTIL: Tânia Dias (ANA), Januária da Fonseca Malaquias (IGAM), Irene  
13 Sabatino P. Niccioli (DAEE), Cristiano Ricardo Mateus (CETESB), Carlos Renato Viana  
14 (FIEMG), Luiz Eduardo Carvalho Gomes (COPASA), Adriano Melo (FIESP), Roberto Ferraz  
15 Rosa (ABAG), Carlos Wagner Alvarenga (ABES), Ângela Maria Martins Marques dos Santos  
16 (ASSEA) e Cristiane Guiroto (ABAS). Participaram como convidados: Aline Luciana Dias  
17 (ABHA), Ceci K. Bueno Caprio (SEMAE), Cristiano Ricardo Mateus (CETESB-SP),  
18 Dayana de Sá e Souza (ABHA), Edgar Machado (ANA), José Edilberto da Silva Resende  
19 (ADISMIG) e Laura Bertolino de Souza Lima (IGAM). **1. Abertura pelos Coordenadores CTI e**  
20 **CTIL:** A Coordenadora da Câmara Técnica de Integração (CTI) senhora Januária da Fonseca  
21 Malaquias dá boas-vindas aos presentes e pede para que todos os membros se apresentem  
22 (nome, entidade e câmara técnica que participa) uma vez que temos novos membros. A  
23 senhora Januária da Fonseca Malaquias declarou aberta a reunião. **2. Discussão e**  
24 **Aprovação dos Produtos Parciais PP03; PP04; PP05 e PP06:** a Coordenadora da CTI,  
25 senhora Januária Malaquias (IGAM), deu início a discussão dos produtos parciais dizendo que  
26 as câmaras técnicas têm caráter consultivo, ou seja, não aprova produtos, faz-se uma  
27 recomendação favorável ou não. A Coordenadora da CTI convida Laura Lima (IGAM),  
28 representante e relatora do GT Plano para fazer a apresentação dos produtos parciais (PP03;  
29 PP04; PP05 e PP06), nos quais foram enviados o link por e-mail tendo em vista ser um  
30 material extenso, além de estar disponível a todo momento no site da ANA e do comitê;  
31 Januária Malaquias diz ainda que de qualquer forma a equipe da ANA e da Engecorps se faz  
32 presente para sanar dúvidas de todos caso necessário, em seguida ela passa a palavra a  
33 Laura Lima (IGAM) para que ela conduza a apresentação do plano. Laura Lima (IGAM) diz que  
34 irá apresentar os produtos parciais que o GT Plano do CBH Grande analisou, onde o PP03 é o  
35 prognóstico e o PP04; PP05 e PP06 são o que tornará o PP07. Laura Lima (IGAM) faz uma  
36 introdução para demonstrar em que o GT Plano embasou e tem trabalhado, onde o instrumento  
37 é Plano de Integração de Recursos Hídricos da Bacia do Grande; a contratante é Agência  
38 Nacional de Águas – ANA; a contratada é a empresa ENGECORPS ENGENHARIA S/A e valor  
39 da contratação é de R\$ 3.263.435,35. Em seguida a relatora do GT Plano apresentou a base  
40 legal recorrida: Política Nacional de Recursos Hídricos nº 9.433/1.997; Política Estadual de  
41 Recursos de Hídricos/MG nº 13.199/1.999; Lei Estadual nº 7.663/1991 e suas alterações e  
42 complementos; Decreto Estadual/MG nº 41.578/2001; Resolução CNRH nº 145/2012; Termo  
43 de Referência para Contratação do PIRH e as Deliberações do CBH Grande: 19/2015;  
44 27/2016. Laura Lima (IGAM) diz que resgatou do TDR o objetivo do PIRH Grande para mostrar  
45 o que o GT Plano tinha em mente na hora de analisar os produtos: “O objetivo PIRH-GRANDE  
46 é construir um instrumento de planejamento e gestão para a bacia do rio Grande que, de forma  
47 integrada e participativa, subsidie e fortaleça a atuação do Sistema de Gestão de Recursos  
48 Hídricos atuantes na bacia, principalmente o CBH Grande, os CBH’s afluentes e Órgãos  
49 Gestores, oferecendo ferramentas que lhes permitam gerir os recursos hídricos superficiais e  
50 subterrâneos de forma efetiva, garantindo o seu uso múltiplo, racional e sustentável, em  
51 benefício das gerações presentes e futuras”. Quanto aos resultados Laura Lima (IGAM) diz que

**Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, realizada em Poços de Caldas - MG, em 24/08/2017.**

52 o TDR traz: “Um conjunto de metas comuns para a bacia do rio Grande a serem perseguidas  
53 no período temporal de abrangência do PIRH, e as ações e intervenções que deverão ser  
54 empreendidas, organizadas como programas, subprogramas e ações, descritas de forma clara  
55 e objetiva, com indicação de suas finalidades específicas, justificativa, atividades  
56 compreendidas, previsão de início e conclusão, recursos necessários e fontes  
57 correspondentes, para que elas sejam cumpridas”, em seguida Laura Lima (IGAM), apresentou  
58 a estruturação do GT Plano: poder público, sociedade civil e usuário; ela apresentou também  
59 as reuniões de trabalho do grupo, bem como o produto analisado/discutido, a seguir: Reunião  
60 do GT Plano CBH-Grande 08/03/2016 - Uberaba /MG, apresentação do Diagnóstico; Reunião  
61 do GT Plano CBH-Grande 10/08/2016 – Ribeirão Preto/SP, diagnóstico do PIRH; Reunião do  
62 GT Plano CBH-Grande – 01/09/2016 - Ribeirão Preto/SP, análise do Diagnóstico Integrado;  
63 Reunião do GT Plano CBH-Grande – 27/10/2016 – Ribeirão Preto/SP, Análise do Prognóstico  
64 RP03; Reunião do GT Plano CBH-Grande – 16/11/2016 – Andradas, Análise do Prognóstico  
65 RP03; Reunião do GT Plano CBH-Grande – 27/03/2017 – Ribeirão Preto/SP, análise do RP04;  
66 Reunião do GT Plano CBH-Grande – 27/04/2017 – Poços de Caldas/MG, análise do RP04;  
67 Reunião do GT Plano CBH-Grande – 01 e 02/06/2017 – Ribeirão Preto/SP, análise do RP04/  
68 RP05; Reunião do GT Plano CBH-Grande – 05 e 06/07/2017 – Passos/MG, análise do RP05/  
69 RP06; Reunião do GT Plano CBH-Grande – 27/07/2017 – Ribeirão Preto/SP, análise do RP06/  
70 RP07; Reunião do GT Plano CBH-Grande – 23/08/2017 – Poços de Caldas, análise do RP06/  
71 RP07. Dando continuidade Laura Lima (IGAM) diz que fez uma apresentação bem rápida do  
72 que é o Prognóstico e que basicamente o PP03 traz os cenários tendenciais, acelerado,  
73 moderado, contingência; traz orientações para o cenário do PIRH; destaca as áreas críticas  
74 (qualidade e quantidade divididas por curto, médio e longo prazo); balanços hídricos por UGH  
75 por cenário e versão preliminar do banco de dados. O PP-04 traz a definição das metas do  
76 PIRH-Grande e diretrizes e estudos para os instrumentos de gestão, onde traz o embasamento  
77 teórico-conceitual para estruturação do plano de ações – da bacia e esses problemas se  
78 tornam as metas; foi definido para o plano três componentes principais (instrumentos de  
79 gestão, conservação dos recursos hídricos e governança) e então a partir desses três  
80 componentes foram destrinchadas as ações e as metas; e por fim diretrizes para  
81 implementação dos instrumentos de gestão. O PP-05 traz propostas de ações, intervenções e  
82 programa de investimentos do plano: articulação e compatibilização dos interesses internos e  
83 externos à bacia (PERH SP e MG e PDRH das bacias afluentes); propostas para delimitação  
84 futura de áreas sujeitas às restrições de usos dos recursos hídricos; intervenções estruturais e  
85 não estruturais; programa de investimentos e quadros detalhamento das metas e programas. O  
86 PP-06 traz a avaliação e proposta de aperfeiçoamento do arranjo institucional, recomendações  
87 para os setores usuários, estratégias e roteiro para a implementação do plano: a avaliação do  
88 arranjo institucional existente e proposta de aperfeiçoamento para gestão dos recursos hídricos  
89 na bacia do rio Grande; e o estabelecimento de estratégias institucionais e roteiro metodológico  
90 para a implementação do PIRH-Grande. Laura Lima (IGAM) lembra que os produtos 04, 05 e  
91 06 serão traduzidos no produto 07 no qual o GT Plano trabalhou ontem, onde já trouxe as  
92 modificações necessárias e as sugestões; e o que os senhores verão futuramente é o produto  
93 parcial 07. Laura Lima (IGAM) conclui sua apresentação agradecendo. A Coordenadora do GT  
94 Plano do CBH Grande, Débora Riva (FIESP) parabeniza a Laura Lima (IGAM) pela relatoria e  
95 diz para complementar a apresentação que na verdade os produtos 03, 04, 05 e 06 são parte  
96 integrante do 07; mas também o diagnóstico que se trata dos produtos já apresentados e  
97 aprovados, inclusive em plenária; então o produto 07 é o produto final, é o plano em si que vai  
98 para a aprovação; diz ainda que o diagnóstico também é parte integrante no qual já foi  
99 apreciado e aprovado pela plenária. Januária Malaquias (IGAM) diz que como foi colocado pela  
100 Débora Riva (FIESP) o diagnóstico nós já aprovamos no primeiro semestre deste ano e ele já  
101 foi submetido à aprovação da plenária; diz ainda que o Parecer de nº 002/2017 emitido pelo GT  
102 Plano que foi enviado (no dia 28/03/2017) para todos os membros, onde recomenda a

**Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, realizada em Poços de Caldas - MG, em 24/08/2017.**

103 aprovação do prognóstico e na reunião de ontem o GT finalizou o Parecer de nº 003/2017 que  
104 será projetado, onde o GT Plano recomenda-se também favorável à aprovação dos produtos  
105 03, 04, 05 e 06; em seguida a Coordenadora abre para uma rodada de perguntas. A leitura do  
106 Parecer nº 002/2017 é dispensada e a Laura Lima (IGAM) faz a leitura do Parecer de nº  
107 003/2017. Januária Malaquias (IGAM) abre para questionamentos e perguntas e lembra que  
108 quem pode responder são os membros do GT Plano como convidados. Ângela Maria Martins  
109 Marques dos Santos (ASSEA), diz que acha que o questionamento dela é até uma questão de  
110 ordem, diz que recebeu a pauta (convocação da 2ª Reunião Conjunta da CTI e CTIL) com  
111 bastante surpresa na qual o item 2. Discussão e Aprovação dos Produtos Parciais PP03; PP04;  
112 PP05; PP06 é colocado para aprovação da CTIL; ora a CTIL, a câmara na qual ela participa,  
113 não possui a atribuição de aprovação; diz que os membros se manifestam e que inclusive isso  
114 está selado na deliberação de criação do grupo de trabalho, aprovada pela DN de nº 19/2015,  
115 quer dizer, uma deliberação dentro do nosso comitê; os trabalhos do grupo de trabalho serão  
116 submetidos aos membros da CTI e CTIL que se manifestarão formalmente, diz ainda que o  
117 artigo 3º é bem claro e que tem se pautado nele até esse momento e que assim os trabalhos  
118 do grupo deverão ser encaminhados a coordenadoria da CTI, que os remeterá oficialmente a  
119 coordenadoria da CTIL, e depois a CTIL encaminhará ao Colegiado do CBH Grande. Ângela  
120 Maria Martins Marques dos Santos (ASSEA) diz que ficou muito surpresa e que não se furtou a  
121 ler o relatório de quatrocentos e quarenta e oito páginas, mas foi impossibilitada de lê-lo porque  
122 estava de cama, não deu para ler nesse tempo e formalizar uma manifestação, portanto,  
123 considerando que de alguma forma essa reunião não deveria ter sido conjunta, e sim ter  
124 ocorrido inicialmente na CTI (onde nasceu o grupo de trabalho e que ficou bem consolidado na  
125 deliberação que criou esse GT) para depois enviar a CTIL, na opinião dela não há possibilidade  
126 de manifestação; diz ainda que o Parecer de nº 002/2017 sim, que foi possível ler, porque  
127 todos receberam (até atropelando esse passo formal de passar para a CTI e depois  
128 formalmente ser encaminhado ao nosso coordenador, a gente até poderia se manifestar); mas  
129 a gente aqui manifestar favorável ou não a quatrocentos e quarenta e oito páginas, e que ela  
130 diz que não foi possível ler, ela se abstém de votar, tendo em vista que primeiro não estamos  
131 seguindo as nossas próprias regras, esse atropelo não faz sentido porque nós teremos que  
132 levar isso para uma plenária para aprovação e temos grandes responsabilidades, ela diz  
133 também que quer deixar bem claro que em nenhum momento isso significa que há uma  
134 desconfiança do grupo de trabalho, muito pelo contrário, que ela elogia o trabalho e a  
135 persistência da Débora Riva (FIESP) e seus coordenados que são todos voluntários pelo  
136 sacrifício de fazer; e pergunta se a gente realmente não obedece a nossa ordem de regras  
137 internas do CBH Grande por que que nós estamos aí cobrando que sejam seguidas estas  
138 mesmas regras por órgãos externos; pra finalizar ela diz que o que a assusta no Parecer de nº  
139 003/2017 é a expressão “desde que”.. isso é uma condicionante, isso gera uma suspeita que  
140 algo não está sendo obedecido, ela diz que se manifestar assim em um parecer em relação a  
141 isso seria uma manifestação muito dúbia, inclusive, então por isso, ela se abstém, “porque não  
142 concordo com a gente passar por cima das nossas próprias deliberações e mesmo porque o  
143 Parecer nº 003/17 gera dúvidas no seu texto e certamente deve ter tido muitas dúvidas também  
144 no grupo de trabalho”, ela encerra sua fala agradecendo. Adriano Melo (FIESP), diz que  
145 escutando a Ângela Maria Martins Marques dos Santos (ASSEA) e tendo oportunidade de  
146 conversar com ela a respeito desse tema, diz que “a maioria dos que estão aqui sabe que a  
147 preocupação dele sempre foi desse sentido, também de respeitar a ordem natural que está  
148 formalizada nas deliberações do CBH Grande e isso é uma condição para os andamentos dos  
149 trabalhos”; ainda, colocou que: “a ideia de fazer a reunião das duas câmaras técnicas em  
150 conjunto hoje partiu da premissa da possibilidade de sair uma manifestação única em função  
151 do trabalho que o GT haveria de analisar ontem, isso foi uma solicitação da Diretoria Colegiada  
152 que a gente acatou, uma vez que não existe na minha interpretação prejuízo para CTIL e nem  
153 para a CTI, nem desrespeito a deliberação na elaboração de uma manifestação conjunta”;

**Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, realizada em Poços de Caldas - MG, em 24/08/2017.**

154 quanto a questão do volume de documentos ele reconhece que não é uma leitura simples na  
155 qual exige uma dedicação muito intensa, porem cumpriu o prazo regimental (foi encaminhado  
156 dentro do que estabelece as deliberações do CBH Grande); em função do posicionamento da  
157 Ângela Maria Martins Marques dos Santos (ASSEA) ele consulta os membros da CTIL se  
158 alguém mais se opõe a gente buscar essa manifestação em conjunto com a CTI, caso a  
159 maioria entender que deviria passar para a CTI, pra depois vir pela CTIL, a gente precisa talvez  
160 repensar, talvez dividir a reunião, do ponto de vista das deliberações ele não vê nenhum  
161 impedimento e do ponto de vista prático também ele acredito que não tem nenhum problema  
162 incluir de uma maneira conjunta e diz que apoia a continuidade da reunião como ela foi  
163 proposta e como está sendo feito e pergunta se alguém da CTIL gostaria de manifestar. Ângela  
164 Maria Martins Marques dos Santos (ASSEA) diz para a Adriano Melo (FIESP) que embora ela  
165 concorde com ele que realmente os documentos foram enviados há vinte dias, ela gostaria de  
166 informar para esclarecimento dos demais que os componentes do grupo de trabalho decidiram  
167 em ata, que seriam vinte dias para cada produto parcial e nós tivemos o número total de  
168 documentos para a leitura em vinte dias e ainda que o grupo de trabalho realmente estava com  
169 toda a continuidade de um trabalho, então supponho que talvez fosse um pouco mais fácil pegar  
170 cada produto e ler, porque trabalham em conjunto, trabalho em conjunto é sempre mais  
171 produtivo, nós estamos em uma análise solitária do produto; esses vinte dias; ela questiona  
172 também e pergunta, se é tempo hábil para convocação de uma reunião, mas uma vez que o  
173 proposto era bastante volumoso; num segundo momento Ângela Maria Martins Marques dos  
174 Santos (ASSEA) diz que aqui continua nessa convocação a pauta para discussão e aprovação,  
175 então ela diz que nós só podemos nos manifestar e portanto e diz que já expressou seu voto  
176 de abstenção. Adriano Melo (FIESP) diz que a Ângela Maria Martins Marques dos Santos  
177 (ASSEA) tem razão quanto a questão da aprovação, foi um erro da parte dele, porque ele  
178 olhou a minuta e não poderia ter deixado passar; diz ainda que independente do que está  
179 escrito (aprovação), as câmaras são consultivas e elas tem, conforme foi lido, atribuição de  
180 apenas de se manifestar a respeito do parecer do grupo de trabalho e da documentação dos  
181 produtos parciais, portanto o que será feito hoje é somente a manifestação; então se existir  
182 consenso... e como ninguém da CTIL e da CTI se manifestou no sentido de que não seria  
183 viável continuar a reunião em conjunto, ele acha que poderia dar sequência na análise e nos  
184 debates. Wagner Vilella (ANA) diz que a título de esclarecer como foi estruturado esse  
185 acompanhamento e como lá traz isso, tinha sido decidido, porque isso explica um pouco da  
186 angustia da Ângela Maria Martins Marques dos Santos (ASSEA), quando nós acertamos a  
187 montagem do grupo (se preocupar com as câmaras e informar a plenária), inicialmente na  
188 plenária seria apenas a aprovação do plano total (que é o produto 7), tudo que foi feito até  
189 agora (diagnostico, prognostico e os PP-04, 05 e 06) são subsídios para elaborar o 07; o  
190 documento que tem validade que precisa ser lido inteiro é 07, esse que ainda não foi  
191 encaminhado (o grupo ainda está discutindo ele, ainda não está finalizado), esse é plano que  
192 efetivamente a plenária irá aprovar, o que não estiver dentro do 07 sendo aprovado  
193 (independentemente de estar no 03, 04 ou no 01) não foi aprovado pela plenária; a gente não  
194 imagina que uma plenária de sessenta pessoas irá ler três mil páginas para isso que se  
195 constitui o grupo de trabalho; é importante quem puder tentar ler essas três mil páginas, mas o  
196 que a CTI e CTIL irá encaminhar e que realmente tem o peso do plano é o produto 07, que  
197 vocês ainda não receberam, que vai ser objeto de reunião e que a gente espera que vocês  
198 recebam com prazo suficiente. Januária Malaquias (IGAM) diz que sobre a colocação da  
199 Ângela Maria Martins Marques dos Santos (ASSEA) sobre a redação da pauta, ela diz que foi  
200 um equívoco, que ela elaborou a minuta e pede desculpas a todos porque realmente não é  
201 aprovação, a gente se manifesta, favorável ou não, assim como o GT fez, "assim como fizemos  
202 no diagnostico, elaboramos o parecer, enviamos para os membros da CTI, recebemos algumas  
203 considerações da Ângela Maria Martins Marques dos Santos (ASSEA) e enviamos para a CTIL  
204 que aconteceu no outro dia, então não foi uma reunião conjunta, mas foi uma reunião muito

**Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, realizada em Poços de Caldas - MG, em 24/08/2017.**

205 próxima da outra, e a reunião conjunta além de todas as explicações, já dadas pelo Adriano  
206 Melo (FIESP), ela também otimiza o nosso tempo, onde a gente sabe que a bacia é muito  
207 grande e o deslocamento de muitas pessoas num momento tão importante quanto este”, então  
208 ela diz que o objetivo foi esse, “além de a gente conseguir dar um andamento mais a esses  
209 encaminhamentos, otimizar o tempo de todas as pessoas; e pergunta se existem algum  
210 questionamento técnico e alguma manifestação”. Januária Malaquias (IGAM) questiona as  
211 câmaras CTI e CTIL se podemos encaminhar a diretoria colegiada para que submeta a  
212 plenária, pareceres favoráveis ao diagnóstico, ao PP-04, 05 e 06 nos termos apresentados pelo  
213 GT Plano (tanto no Parecer 002/2017 quanto no 003/2017 emitido pelo GT Plano)? Paulo Vitor  
214 Leite Penachio (CETESB), diz que quanto a leitura de todos os planos ele entende o que a  
215 Ângela Maria Martins Marques dos Santos (ASSEA) falou; e neste momento conversando com  
216 o Cristiano Ricardo Mateus (CETESB) que representa a CTIL e ele representa a CTI, somos a  
217 agência de Votuporanga, e a CETESB é um órgão de dois mil e quinhentos funcionários e nós  
218 para se manifestar nesse momento sobre todos os planos em tempo hábil passaria por muitas  
219 agências, tendo em vista que a CETESB está em diversos municípios e tem uma abrangência  
220 muito grande, então a CETESB também se absteve nesse momento de se manifestar porque  
221 precisa passar pela instituição como um todo, não somente a agência de Votuporanga, nós  
222 entendemos que o tempo fica curto. Januária Malaquias (IGAM) diz que então temos duas  
223 abstenções. Adriano Melo (FIESP) diz que na verdade é um parecer conjunto, se é um parecer  
224 conjunto, a CETESB se abstém do parecer (é uma abstenção só), no caso a ASSEA e a  
225 CETESB se abstém. O Coordenador da CTIL pergunta se mais alguém se abstém ou existe  
226 alguma manifestação diferente que algum membro gostaria de fazer. Irinéia Ardisson da  
227 Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), diz que ela também irá se abster, porque ela não  
228 conheceu todo o produto para poder votar. Januária Malaquias (IGAM) pergunta se há mais  
229 alguma manifestação e diz que sendo isso então, essas câmaras técnicas elaborarão um  
230 parecer recomendando favoravelmente, acatando os pareceres elaborados pelo GT, contendo  
231 as abstenções apresentadas nessa reunião. **3. Análise da deliberação que dá posse dos**  
232 **membros habilitados no Processo Eleitoral para preenchimento das vagas**  
233 **remanescentes:** Adriano Melo (FIESP) diz que essa deliberação é para empossar os membros  
234 na última eleição complementar para as vagas que estavam em aberto que aconteceu no ano  
235 passado e pergunta aos membros se existe alguma manifestação em relação à deliberação  
236 enviada. Adriano Melo (FIESP) diz que irá fazer a primeira observação no que diz respeito aos  
237 membros eleitos ficou faltando a indicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e  
238 Abastecimento - SFA-SP/MAPA. Tânia Dias (ANA) diz que não se lembra de ter visto na  
239 deliberação, se está o que estão constando são os ocupantes das vagas remanescentes do  
240 processo eleitoral, para ficar registrado na deliberação, porque se não pode achar que é outro  
241 processo. Januária Malaquias (IGAM) diz que a sugestão da Tânia (ANA) é que se acrescente  
242 na ementa que essa deliberação empossa os membros do processo eleitoral remanescente  
243 que aconteceu no período de tal a tal. Luiz Roberto Barretti (ABES) diz que na linha que está  
244 indicando as prefeituras tem vários pontos de interrogação, sendo que isso numa deliberação  
245 não fica correto, se não tiver o nome ainda, colocar “a indicar”. Adriano Melo (FIESP) diz que  
246 na verdade o que está sendo escolhido é o membro, agora o representante será indicado; os  
247 suplentes é que não houve candidatos, então estão vagos ainda, existem algumas vagas de  
248 suplência que ainda estão em aberto e é uma quantidade muito menor do que tinha no  
249 mandato anterior, mas ainda existem; e até a Irene Sabatino (DAEE, Ribeirão Preto) já alertou  
250 a Diretoria sobre essa questão e a Diretoria já está analisando as providências a ser tomadas.  
251 Tânia (ANA), diz que o comitê tem uma dificuldade de preenchimento de vagas, então a sua  
252 composição está além da capacidade de preenchimento, isso deveria ser feito a partir da  
253 revisão do Regimento Interno; e propõe que terminados os trabalhos que essa questão fosse  
254 um ponto de pauta para as câmaras técnicas para rever a composição do comitê quanto ao  
255 quantitativo de vagas, já que desde sua criação ele não consegue preencher totalmente as

**Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, realizada em Poços de Caldas - MG, em 24/08/2017.**

256 suas vagas. Paulo Vitor Leite Penachio (CETESB) pergunta se esse procedimento estava  
257 previsto naquele processo eleitoral que foi estabelecido em Uberaba-MG ou está no Regimento  
258 Interno à questão da vaga de suplência. Adriano Melo (FIESP) diz que todo processo eleitoral  
259 está gerido por deliberações aprovadas em plenária, então essas deliberações começaram a  
260 serem aprovadas em setembro de dois mil e quinze em Lavras-MG, que foi a constituição da  
261 primeira comissão eleitoral; quando foi feita a eleição sobraram vagas, ou seja, não  
262 conseguimos preencher totalmente, sendo assim, a Diretoria lançou um novo processo  
263 eleitoral, com nova deliberação, nova aprovação em plenária, nova comissão eleitoral, que de  
264 nova só teve o nome porque foram os mesmos membros; e foi feito esse novo trabalho com o  
265 preenchimento dessas vagas agora. Adriano Melo (FIESP) diz que o número que está faltando  
266 agora é um número bem reduzido, mas existem algumas vagas ainda, algumas titularidades de  
267 prefeituras do estado de São Paulo, que não foram preenchidas e algumas suplências da  
268 sociedade civil e prefeituras. Adriano Melo (FIESP) pede para que se alguém não estiver de  
269 acordo com o texto da deliberação se manifestar, caso contrário a minuta será indicada a  
270 Diretoria submeter à aprovação da plenária; não havendo divergências a minuta foi aprovada  
271 pelas câmaras técnicas. **4. Assuntos Gerais:** Januária Malaquias (IGAM) faz uma  
272 contextualização de uma reunião da Diretoria que aconteceu em julho em Ribeirão Preto-SP,  
273 tendo em vista que na última reunião da CTI, foi discutido sobre o plano de trabalho da  
274 comissão, sendo que ficou um plano extenso, gerou muitas divergências e ficou decidido que  
275 trabalharíamos num plano de trabalho anual; e uma das propostas seria fazer o estudo mais  
276 detalhado do regimento interno da CTI, uma vez que ela levou a diretoria, uma proposta de  
277 alteração das atribuições da Câmara Técnica de Integração porque hoje em dia ela é uma  
278 câmara que faz muito além de integração, na verdade o que temos de integração é muito  
279 pouco, comparado ao que se pode fazer, então tínhamos ficado de estudar esse regimento  
280 interno para ver como se poderia trabalhar em melhorias; e conversando com o Adriano Melo  
281 (FIESP) vimos que talvez seria mesmo uma melhor opção fazermos essas adequações, criar  
282 uma nova câmara técnica com assuntos mais técnicos e específicos; então pedimos uma  
283 reunião com a Diretoria e levamos este assunto que foi discutido em julho; e a Diretoria  
284 entendeu nossa sugestão de adequar essas atribuições e criar uma nova câmara técnica que  
285 seria planejamento e gestão consultiva, mas ainda não tem nada fechado, tendo em vista que  
286 isso será discutido no âmbito das câmaras técnicas; então, posteriormente a aprovação do  
287 plano, possivelmente no próximo ano iremos começar a trabalhar nisso, então é um informe do  
288 que foi discutido na reunião da Diretoria, não é nada fechado nem nada muito certo; Januária  
289 Malaquias (IGAM) continua dizendo que essa foi uma ideia proposta por ela e que parece que  
290 também já foi alvo de discussão do comitê há anos atrás, porque se a gente pensar bem a CTI  
291 faz um pouco de tudo e é composta por membros de comitês afluentes, então essas decisões  
292 e manifestações que tínhamos aqui e que leva para a plenária ela não é feita diretamente pelos  
293 membros da plenária. Tânia Dias (ANA) diz que quando a ANA criou os comitês interestaduais,  
294 o que foi observado é que as câmaras técnicas existem mais funcionam pouco e para reunir  
295 envolve recursos, enfim acabava não dando agilidade ao plenário do comitê; então o que se  
296 pensou é ter sempre uma câmara técnica mais abrangente, no seguinte formato: cria-se uma  
297 câmara técnica bem abrangente e vai criando grupos de trabalho à medida que surgir a  
298 necessidade e esses grupos vão funcionar o período que é objeto de trabalho, com a  
299 conclusão do trabalho esse grupo é extinto, justamente porque quando você cria uma câmara,  
300 você tem que criar toda uma estrutura, essa câmara vai se reunir por um período, depois ela  
301 vai ter dificuldades, as pautas não serão tão robustas; então ela sugere ao invés de criar outra  
302 câmara técnica que essa câmara técnica fosse mais abrangente, que o nome dela fosse  
303 alterado para incluir outras coisas, ampliando um pouco seu quantitativo, tendo em vista que o  
304 comitê já tem duas câmaras técnicas, teria que abrir mais uma agenda de reuniões, o custo  
305 que isso tem a ABHA está aí para informar. Tânia Dias (ANA) continua dizendo que ela sugere  
306 pensar um pouco mais, que se reúnam as duas câmaras para conversar para ver o que seria

**Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, realizada em Poços de Caldas - MG, em 24/08/2017.**

307 possível considerando o que ela acabou de colocar e o que a coordenadora da CTI também  
308 colocou antes de levar a proposta de criação de uma nova câmara técnica. Januária Malaquias  
309 (IGAM) diz a Tânia Dias (ANA) que a ideia é esta mesmo, ou muda o nome de Câmara Técnica  
310 de Integração para Câmara Técnica Consultiva, deixando atribuições específicas de integração  
311 e cria GT para trabalhar quando for demanda específica; então é um trabalho para pensarmos  
312 e estudarmos, é neste estudo que iremos identificar o que será melhor. Ângela Maria Martins  
313 Marques dos Santos (ASSEA) elogia a coordenadora da CTI por incitar essa discussão dentro  
314 da câmara e diz que o Regimento Interno já é uma pauta de discussão na CTIL e essa vai ser  
315 uma colaboração da CTI certamente, o regimento tem que ser revisto, especialmente, o artigo  
316 32 do Regimento Interno: “o CBH Grande mediante a proposta da Diretoria Colegiada, ou de  
317 no mínimo um terço de seus membros, ele poderá criar ou extinguir câmaras técnicas ou  
318 grupos de trabalho específicos”; então independente de experiências de outros, ela achou  
319 interessante a fala da coordenadora da CTI, no que diz respeito à nossa experiência, de nossa  
320 própria ação, se vai realmente caber uma nova câmara técnica ou grupo de trabalho; mas de  
321 qualquer forma ela sugere que seja estudado especificamente o Regimento Interno da própria  
322 câmara de integração e as suas atribuições. Januária Malaquias (IGAM) diz a Ângela Maria  
323 Marques dos Santos (ASSEA) que é isso mesmo, que é um estudo para a Diretoria e  
324 que é conjunto CTI e CTIL. Januária Malaquias (IGAM) pergunta se alguém tem mais alguma  
325 consideração e em seguida diz que o GT finalizou ontem a análise do PP-07, sendo que  
326 ficaram algumas considerações e observações apontadas pelos membros, que a Engecopr  
327 irá alterar no dia vinte e um (ou 29) de setembro acontecerá a próxima reunião do GT em Ribeirão  
328 Preto e de lá irá sair o parecer final do PP-07, em que as câmaras técnicas irão se reunir  
329 novamente para dar o parecer manifestando favorável ou não, portanto essa data deverá ser  
330 informada posteriormente. Januária Malaquias (IGAM) diz que a Engecopr fará a alteração no  
331 PP-07 conforme solicitação dos membros e no dia onze de setembro esse material já estará  
332 disponível. Edgar (ANA) diz que o prazo para envio é até dia onze de setembro, mas que vai  
333 tentar enviar antes. Januária Malaquias (IGAM) diz que tendo o link com o envio dessas  
334 alterações realizadas pela Engecopr, será enviado aos membros para fazer a leitura e  
335 agradece a presença de todos. Adriano Melo (FIESP) diz que não é para a gente se preocupar  
336 tanto com essa urgência, que se a ANA terminar o documento disponibilize para todos os  
337 membros da CTI e CTIL, mesmo que a convocação venha depois, sendo assim aprovado o  
338 documento no GT, já disponibilizará no site igual fez com o prognóstico para facilitar o debate  
339 na reunião. Nada mais havendo a tratar, os coordenadores da CTI e CTIL agradecem a  
340 presença de todos e dão a reunião por encerrada e eu Aline Luciana Dias, auxiliar  
341 administrativo da ABHA lavrei a presente Ata, que segue assinada pela Coordenadora da CTI,  
342 Januária da Fonseca Malaquias (IGAM) e pelo Coordenador da CTIL, Adriano Melo (FIESP).